

**Impasses na preservação do patrimônio cultural rural em Campinas-SP:
os casos de estudo das fazendas Chapadão e Mato Dentro.**

*Issue in the preservation of the rural cultural patrimony in Campinas-SP: case studies of
the Chapadão and Mato Dentro farms.*

*Impasos en la preservación del patrimonio cultural rural en Campinas-SP: los casos de
estudio de las haciendas Chapadão y Mato Dentro.*

Ana Beatris Fernandes Menegaldo

Mestranda em Arquitetura e Urbanismo, PUC- Campinas, Brasil.
Ana.bfm1@puc-campinas.edu.br

Renata Baesso Pereira

Professora Doutora, em Arquitetura e Urbanismo, PUC-Campinas, Brasil.
renata.baesso@puc-campinas.edu.br

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo discutir os impasses atuais relativos à preservação do patrimônio edificado rural, na cidade de Campinas-SP. Através do levantamento do conjunto de bens patrimoniais rurais tombados no município e da análise das estratégias de preservação dos mesmos, constatou-se o que há um desconhecimento da história produtiva e social imbricada nesses edifícios. Tal fato tem como consequência distintas situações de esvaziamento dos significados desse patrimônio edificado. O método desenvolvido baseia-se no levantamento do acervo patrimonial rural edificado em Campinas, associado à análise dos instrumentos ligados à sua preservação, como legislações, tombamentos, procedimentos das instâncias responsáveis pela conservação dos bens e iniciativas contemporâneas de se valorizar esse acervo. O artigo apresenta dois exemplares do patrimônio edificado rural de Campinas-SP - as sedes das fazendas Chapadão e Mato Dentro - buscando problematizar a importância desses dois conjuntos e compreender seu papel na construção da identidade cultural da cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio edificado rural. Identidade cultural. Campinas-SP.

ABSTRACT

The present article aims to discuss current issues related to the preservation of rural architectural heritage in the city of Campinas-SP. Through the survey of the set of rural patrimonial assets registered in the city, and the analysis of the strategies for its preservation, it was verified that there is lack of knowledge regarding productivity and social history connected to such buildings. This fact results in loss of the meaning of architectural heritage. The methodology hereby developed is based on the survey of rural architectural assets built in Campinas, associated with the analysis of preservation tools available, such as laws, heritage site protection, procedures by conservancy agencies and contemporary initiatives to value such assets. The article presents two examples of rural architectural heritage of Campinas-SP, the headquarters of the Chapadão and Mato Dentro farms, in order to demonstrate the importance of these two groups and to understand their role in the construction of the cultural identity of the city.

KEY WORDS: Rural architecture heritage. Cultural identity. Campinas-SP.

RESUMEN

El presente artículo tiene por objetivo discutir cuestiones actuales relativas a la preservación del patrimonio edificado rural en la ciudad de Campinas-SP. A través del levantamiento del conjunto de bienes patrimoniales rurales tumbados en el municipio y del análisis de las estrategias de preservación de los mismos, se constató que hay un desconocimiento de la historia productiva y social imbricada en esos edificios. Este hecho tiene como consecuencia distintas situaciones de vaciamiento de los significados de ese patrimonio edificado. El método desarrollado se basa en el levantamiento del acervo patrimonial rural edificado en Campinas, asociado al análisis de los instrumentos vinculados a su preservación, como legislaciones, declaraciones, procedimientos de las instancias responsables por la conservación de los bienes e iniciativas contemporáneas de valorar ese acervo. El artículo presenta dos ejemplares del patrimonio edificado rural de Campinas-SP - las sedes de las haciendas Chapadão y Mato Dentro - buscando problematizar la importancia de estos dos conjuntos y comprender su papel en la construcción de la identidad cultural de la ciudad.

PALABRAS CLAVE: Patrimônio Edificado Rural. Identidad cultural. Campinas-SP.

*Aquele que foi já não pode mais não ter sido:
doravante, esse fato misterioso, profundamente
obscuro de ter sido, é o seu viático para a
eternidade.*

(Vladimir Jankelevic)

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo discutir os impasses atuais relativos à preservação do patrimônio edificado rural, na cidade de Campinas-SP. Através do levantamento do conjunto de bens patrimoniais rurais tombados no município e da análise das estratégias de preservação dos mesmos, constatou-se o que há um desconhecimento da história produtiva e social imbricada nesses edifícios. Tal fato tem como consequência distintas situações de esvaziamento dos significados desse patrimônio edificado.

Buscamos demonstrar que essa perda de significado, em geral, é fruto da falta de conhecimento histórico-social, tornando, em muitos casos, esse conjunto invisível aos olhos da sociedade. Quando o bem patrimonial edificado é entendido como registro material da história social, o conhecimento contribui para a sua valorização e consequente preservação. Entende-se que aspectos referentes a conservação, preservação e incorporação dos edifícios enquanto identidade cultural¹ dependem, diretamente, da visibilidade e contato com esse acervo.

O método desenvolvido baseia-se no levantamento do acervo patrimonial rural edificado em Campinas-SP, associado à análise dos instrumentos ligados à sua preservação, como legislações, tombamentos, procedimentos das instâncias responsáveis pela conservação dos bens, bem como iniciativas contemporâneas de se valorizar esse acervo. Opta-se pelo estudo de caso como recurso de aprofundamento das análises aqui apresentadas.

O artigo apresenta, portanto, dois exemplares do patrimônio edificado rural de Campinas-SP - as sedes das fazendas Chapadão e Mato Dentro - buscando problematizar a importância desses dois conjuntos e compreender seu papel na construção da identidade cultural da cidade.

O RESGATE DA IDENTIDADE CULTURAL A PARTIR DO PATRIMÔNIO EDIFICADO

Em Campinas-SP, constata-se que muito do que é veiculado como história do município para o público em geral, na verdade esteja pautado em crônicas, relatos e registros cunhados por

¹ Tratamos da identidade cultural, através da relação espaço-temporal do indivíduo, ou seja, da percepção do mesmo em estabelecer, através de edifícios e espaços, as noções de pertencimento e reconhecimento. Moriconi (2014, p.14) define: "Pertencimento é quando uma pessoa se sente pertencente a um local ou uma comunidade, sente que faz parte daquilo e consequentemente se identifica com aquele local, assim vai querer o bem, vai cuidar, pois aquele ambiente faz parte da vida dela."

memorialistas² locais. A veiculação de informações, a partir de relatos de memorialistas³, acaba por ser replicada sem rigor, distorcendo narrativas. Não se trata de desvalorizar o trabalho desses pioneiros que iniciaram pesquisas de cunho documental sobre o século XIX em Campinas, mas de assumir uma posição crítica em relação a estes primeiros trabalhos e de avançar a partir dos caminhos apontados. Por vezes nota-se, nos trabalhos desses memorialistas, a falta de rigor ao referenciar fontes primárias e séries documentais. Também é comum nesses trabalhos um tom laudatório, reflexo do tempo histórico em que foram elaborados, privilegiando principalmente as memórias⁴ de uma elite política e social, em detrimento de outros grupos sociais.

O tom incorporado nas obras dos memorialistas por vezes aponta para um saudosismo na verdade não vivido. Pinho, discorrendo sobre a produção memorialista de Belém do Pará, afirma haver uma lacuna entre a interpretação, narrada em produções do século XX, e o entendimento social da cidade:

Parece haver, portanto, um diálogo com as críticas advindas da nova história regional, que desconstrói a ilusão do fausto e apresenta uma cidade múltipla e contraditória. Por isso, penso que, ao conjugar as duas faces da mesma cidade e afirmar seu amor por elas, suaviza-se o tom da crítica que se faz ao discurso 'oficial'. (PINHO, 2011, p.9)

Longe de encontrar uma solução definitiva para a complexa questão patrimonial, que perpassa discussões em diferentes escalas de poder⁵- político, econômico e cultural - compreende-se que a preservação do patrimônio edificado, associada ao seu resgate historiográfico rigoroso e socialmente acessível, seja uma ação mais eficiente de valorização e resgate da identidade cultural.

Direciona-se portanto essa discussão para um ponto crucial: o da compreensão do patrimônio edificado como documento e evidência. Entender a edificação histórica como fonte documental e base analítica é fundamental para incorporar seu valor cultural. Uma das formas de se alcançar o resgate cultural por meio do acervo patrimonial edificado é enxergá-lo como documento e como recurso. Documento⁶ no sentido exploratório, arqueológico e empírico. Recurso cultural que resgata a relação social entre o passado e o presente.

² Domingues (2011, p.2), relatando sobre a validade do estudo pautado em memorialistas, complementa a compreensão: *"Entendemos como memorialistas escritores que utilizam diversas ferramentas e fontes em seus textos, às vezes resultando em textos de cunho autobiográficos -o autor utiliza, a sua experiência de vida e a tradição oral, da cidade sobre a qual escreve, para construir a narrativa histórica- sem que para isso se utilizem das normas metodológicas e teóricas da escrita acadêmica sobre história."*

³ Destacamos como trabalhos cunhados por memorialistas da cidade de Campinas, os de Pupo (1969 e 1983) e Jolumá Brito (1959).

⁴ Le Goff (1924, p.423) elucida a definição de memória *"[...] como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas."*

⁵ Para um aprofundamento em discussões patrimoniais em escalas distintas, ver Saldan (2015).

⁶ O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou [...] é um composto de elementos que funcionam como um *"inconsciente cultural"*[...] Fonte: Le Goff, 1924, p.547.

Os instrumentos públicos visando a salvaguarda do patrimônio cultural no Brasil são recentes. A primeira lei federal que versa sobre a matéria é de 1933⁷, e a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - atual IPHAN - data de 1937. Muito mais recentes ainda são as iniciativas efetivas visando a proteção dos bens patrimoniais na cidade de Campinas – SP. Destaca-se a formação do CONDEPACC - Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas, criado por meio da Lei nº 5885 de 17 de dezembro de 1987⁸, que, em um contexto de falta de instrumentos de preservação da memória do município, inaugurou as ações de proteção em âmbito local.

Contudo, em entrevista, Arantes Neto aponta que desde a formação do CONDEPACC, a questão da ausência da identificação histórico-social com os bens patrimoniais já era uma realidade: *“Existiu todo um processo de discussão e de convencimento para que as pessoas entendessem que havia a necessidade de um conselho na cidade. Não era ‘óbvio’ que deveria existir um conselho.”*⁹.

A falta de consenso sobre a necessidade da criação de um conselho municipal apontada por Arantes, reforça ainda mais a ausência do sentimento de pertencimento histórico que gera reflexos em situações de descaso patrimonial. Procedeu-se uma análise do texto da lei¹⁰, destacando o Artigo II:

Compete ao Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas:

I - definir a **política municipal de defesa e proteção do patrimônio cultural, compreendendo o histórico, artístico, estético, arquitetônico, arqueológico, documental e ambiental do Município**; II - **coordenar, integrar e executar as atividades públicas** referentes a essa política; III - **proceder a estudos para elaboração e aperfeiçoamento de recursos** institucionais e legais, genéricos ou específicos, para os fins dessa política; IV - **sugerir** aos poderes públicos estadual ou federal **medidas para cumprimento das exigências** decorrentes da execução dessa política, inclusive a modificação da legislação em vigor; V - **efetuar**, sempre que necessário, **gestões junto a entidades privadas**, solicitando-lhes a colaboração na execução da política de que trata o item I deste artigo. (PMC, 1987- grifo das autoras)

A lei municipal de 1987 defende, portanto, a proteção do patrimônio e, traz parágrafos que dão respaldo às iniciativas públicas e privadas que viabilizem a preservação e conservação dos bens. Analisaremos essa prática aplicada aos estudos de caso.

⁷Decreto Federal nº 22.928, de 12 de julho de 1933. Erige a cidade de Ouro preto em Monumento Nacional.

⁸Lei que dispõe sobre a proteção e preservação do patrimônio histórico, artístico, estético, arquitetônico, arqueológico, documental e ambiental do município de Campinas. Disponível em: <https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/89679>. Acesso em 03 de setembro de 2018.

⁹ Prof. Dr. Antônio Augusto Arantes Neto, Presidente do CONDEPACC até 2008. Entrevista concedida para o artigo elaborado por Bertinato e Matthes (2012). Artigo disponível em: http://www.usp.br/cpc/v1/imagem/conteudo_revista_resenhas_arquivo_pdf/236.pdf. Acesso em 7 de setembro de 2018.

¹⁰ Publicação feita no DOM- Diário Oficial do Município- em 12 de dezembro de 1987. Disponível em: <https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/89679>. Acesso em: 7 de setembro de 2018.

O ACERVO PATRIMONIAL RURAL EM CAMPINAS:

No presente artigo são analisados os impasses específicos relacionados a dois exemplares que compõem o acervo patrimonial material rural¹¹ de Campinas-SP, com origem no século XIX. Se faz necessário, portanto, reconstruir uma breve história da formação territorial do município.

A origem de Campinas está ligada à busca de regiões auríferas nos chamados Sertões de Goiás. Em 1725, com a abertura do Caminho dos Goyazes, se implanta nas suas margens um pouso para descanso e abastecimento dos tropeiros, se conformando como uma área de roças que tem sua ocupação alargada através de crescentes pedidos de concessões de sesmarias. Esse território pertencia à vila de Jundiá. Com a política de restauração da Capitania de São Paulo, a partir de 1765, o governador Morgado de Mateus inicia uma estratégia de povoamento territorial, empenhando-se na criação de novas freguesias e vilas. Em 1774, o território que então compunha o bairro rural das Campinas do Mato Grosso de Jundiá é elevado ao *status* de freguesia. Nesse período há um aumento considerável no número de sesmarias concedidas para a implantação de engenhos de cana-de-açúcar.

Em 1797, a então freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá é elevada à categoria de vila, com o nome de Vila de São Carlos, e a partir de então há um incremento ainda maior na produção de açúcar e aguardente. De acordo com Petrone (1968, p. 46) em 1798 “[...] havia ali 37 engenhos, que produziam 15.139 arrobas de açúcar e 460 canadas de aguardente”. Em 1836, são registrados 93 engenhos de açúcar e 93 destilarias de aguardente, fornecendo quase um terço da produção de açúcar de toda a província (PETRONE, 1968, p. 46). No início do século XIX, o crescimento econômico da Vila de São Carlos se estrutura em função da produção de açúcar, com significativo aumento da mão de obra escrava e incremento nos maquinários e benfeitorias dos engenhos.

Silva (2006, p.2) relata que “*Por volta de 1830, o plantio do café foi ensaiado com êxito e os fazendeiros iniciaram a substituição dos canaviais pelos cafezais.*”. Em 1842, a Vila de São Carlos é elevada à categoria de cidade, assumindo o nome de Campinas. O processo de transição da produção do açúcar para o café, ocorre de forma gradual e se apoia numa mesma base fundiária. Na segunda metade do século XIX, a cidade de Campinas assume um papel de destaque na economia da província de São Paulo, contando, em 1854, com 44 engenhos de cana-de-açúcar e 177 fazendas de café. Esses dados, auxiliam no entendimento da formação territorial de Campinas, demonstrando a origem do seu patrimônio material rural.

Mariuzzo (2012, p.1) aponta que: “*O patrimônio cultural rural congrega um conjunto de registros materiais e imateriais decorrentes das práticas, costumes e das formas de produção*”

¹¹ Segundo Tognon (2012, p.2) Patrimônio Cultural Rural pode ser definido como o conjunto de registros materiais e imateriais decorrentes das práticas, dos costumes e das iniciativas produtivas que se estabelecem, historicamente e territorialmente, na área rural.

estabelecidas na área rural". Sobre o conjunto patrimonial rural paulista, a autora complementa que:

O patrimônio cultural rural paulista tem características específicas, diferentes do patrimônio cultural urbano. Ele possibilita compreender todas as fases de ocupação do território, tecnológicos, econômicos (sic), relações de trabalho, religiosas, alimentação, assim como valores familiares e sociais [...]. É urgente criar estímulos à preservação dessa cultura. Um dos instrumentos seria associar atividades de preservação ao turismo e à educação patrimonial. (MARIUZZO, 2012, p.2)

Essa herança do patrimônio material rural, ainda presente no território de Campinas (conforme se observa na figura 1), pode ser apreendida através do conhecimento das sedes de antigos engenhos e fazendas, outrora detentores de uma considerável produção de açúcar e de café. Atualmente a cidade de Campinas se apresenta como sede de uma Região Metropolitana composta por 20 municípios. Segundo a EMPLASA (Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano), a RMC (Região Metropolitana de Campinas) só perde em dados referentes ao PIB e à densidade populacional para a Região Metropolitana de São Paulo, gerando, em 2015, 8,92% do Produto Interno Bruto referente a todo estado de São Paulo¹².

Apesar dos favoráveis índices econômicos do município na atualidade, constata-se que, em geral, a população desconhece a história social de Campinas, pautada na monocultura açucareira e cafeeira, ao longo do século XIX e primeiras décadas do século XX. A industrialização paulista estruturou-se a partir dos capitais gerados na produção rural e parte dessa história ainda pode ser conhecida.

Nesse sentido o inventário arquitetônico de fazendas de Campinas, situadas na região do Entre Rios¹³ é resultado “[...] da intenção de mapear o conjunto das edificações, que, com as ações humanas ao longo do tempo, aparecem cada vez mais como elementos isolados, acarretando na perda progressiva dos lugares da história [...]” (RIBEIRO, 2016, p.06).

Na busca de iniciativas contemporâneas que auxiliem no resgate desses exemplares da história rural de Campinas, destaca-se a viabilização de um grupo, denominado “Associação das Fazendas Históricas Paulistas”¹⁴ associado ao projeto denominado “Patrimônio cultural rural paulista: espaço privilegiado para pesquisa, educação e turismo”¹⁵, formado por pesquisadores, e instituições de ensino e de fomento à pesquisa¹⁶. Salienta-se a iniciativa do projeto em focar

¹² Dados disponíveis em: <https://www.emplasa.sp.gov.br/RMC>. Acessado em 07 de setembro de 2018.

¹³ Denominação para descrever a área entre as bacias hidrográficas do Rio Atibaia e do Rio Jaguari, contemplando os distritos de Sousas (antigo Arraial dos Souzas), Joaquim Egídio e o bairro Carlos Gomes (antigo Jaguary). Essa nomenclatura definida por PUPO (1983), e utilizada por RIBEIRO, Suzana Barretto (org.), 2016. Vol. 1 p.15.

¹⁴ Iniciativa criada por atuais proprietários de fazendas, cujo objetivo é difundir informações do patrimônio rural.

¹⁵ Projeto financiado pela FAPESP que teve início em 2007 com término em 2012. Disponível em: <http://www.bv.fapesp.br/pt/auxilios/6214/patrimonio-cultural-rural-paulista-espaco-privilegiado-para-a-pesquisa-ensino-e-turismo/>. Acesso em 07 de setembro de 2018.

¹⁶ A pesquisa envolveu 17 fazendas de várias regiões do estado de São Paulo, em cidades como: Itu, Campinas, Mococa, São Carlos, Tietê e Sorocaba. Apoio financeiro da FAPESP e parceria das seguintes instituições: Embrapa, Instituto Agrônomo de Campinas,

no desenvolvimento de metodologias para viabilizar a gestão de conservação e preservação patrimonial rural, se estendendo a casos de propriedades particulares conjuntamente aos casos vinculados a instâncias públicas.

O auxílio das instituições deu suporte ao desenvolvimento de pesquisas, projetos, visitas técnicas e seminários que desempenharam o papel de difundir e discutir as dimensões da preservação dos conjuntos rurais históricos de São Paulo.

O desenvolvimento e as práticas adotadas como métodos para esse projeto tangenciam os objetivos anunciados nesse artigo: de utilizar o acervo patrimonial material rural como fonte de pesquisa de modo a resgatar sua história produtiva e incorporá-la socialmente como parte da identidade cultural.

Contudo, percebe-se que no projeto citado o acervo patrimonial rural de Campinas foi muito pouco explorado. Compreende-se a dificuldade de estudo desses exemplares a partir de experiências de trabalho de campo vivenciadas pelas próprias autoras do presente artigo. Em nossas pesquisas já identificamos propriedades privadas rurais, de grande interesse patrimonial - onde o acesso, a difusão e o compartilhamento de registros históricos são inviáveis. Há uma grande e justificável resistência, por parte de muitos dos proprietários, em expor estas fazendas. Observou-se que esse padrão comportamental de resguardo gera o efeito de desconhecimento e esquecimento desses bens.

Sobre essa questão, Tognon apresenta a seguinte reflexão:

Mergulhados no ambiente urbano, aos olhos dos moradores das cidades as fazendas se tornam invisíveis. Em Campinas, por exemplo, é possível até hoje encontrar casarões do século XIX. Existe uma incapacidade em nós, indivíduos eminentemente urbanos, de compreender esse patrimônio rural. Nele estão muitas raízes da cultura urbana paulista [...] (TOGNON, 2012 p.2-3)

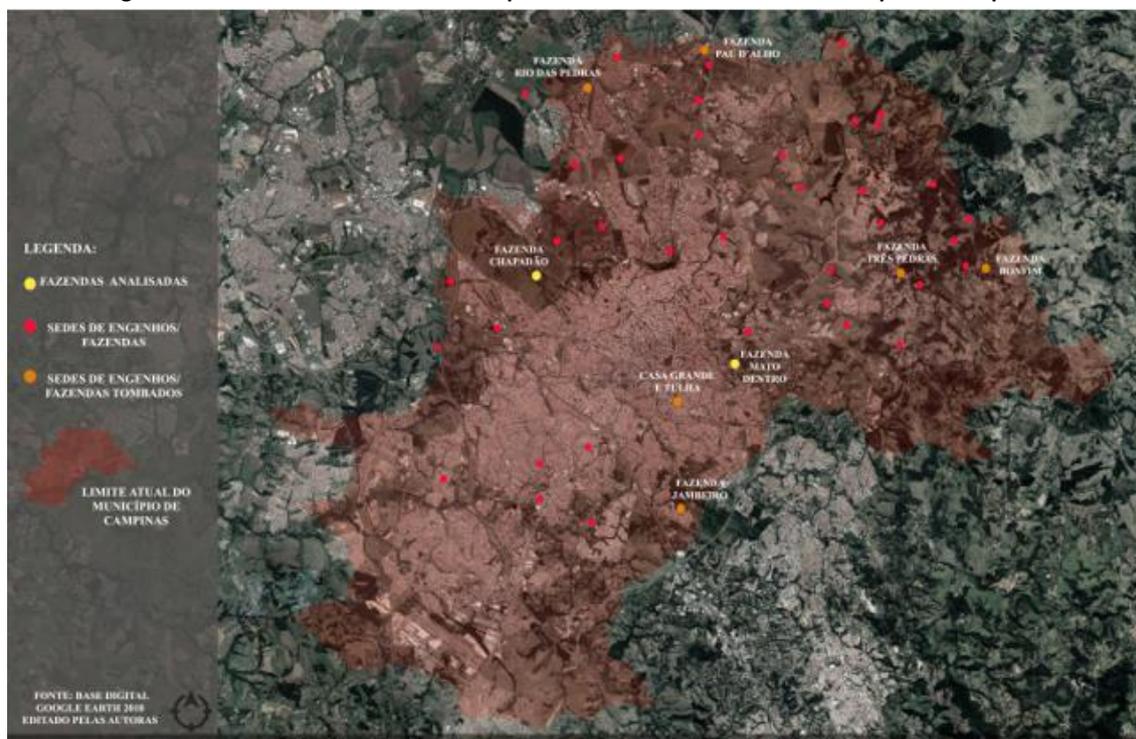
Tognon também aponta outra questão pertinente: a de que, embora esse conjunto de propriedades tenha sua origem vinculada ao universo rural, atualmente, em decorrência do processo de expansão da cidade, muitas foram incorporadas ao espaço urbano.

O desconhecimento desse processo de transformação de glebas rurais em tecido urbano pode ser uma das causas para o esquecimento desses bens patrimoniais de origem rural. Esta é a condição constatada nos dois estudos de caso abordados no presente artigo: a Fazenda Mato Dentro e a Fazenda Chapadão. Embora estes exemplares sejam patrimônios públicos, a primeira pertencente ao município de Campinas e a segunda ao Exército brasileiro, como se encontram encravadas no tecido urbano, com restrições de acesso em função da sua gestão, tornaram-se invisíveis aos olhos dos moradores de Campinas.

Levantamos, a partir de uma base cartográfica atual¹⁷, a localização aproximada das sedes de propriedades rurais existentes atualmente no território de Campinas. Muitas propriedades são frutos de desmembramentos e divisões fundiárias realizadas ao longo de anos e não se verificou caso a caso o estado de conservação e preservação de cada uma delas.

O mapeamento desse conjunto evidencia a profusão de exemplares no município e destaca a presença desse patrimônio rural edificado, chamando atenção para a necessidade do resgate de sua história.

Figura 1: Levantamento atual do acervo patrimonial rural edificado no município de Campinas.



Fonte: Google Earth, 2018. Mapa elaborado pelas autoras.

Esse mapeamento também demonstra quais desses exemplares são tombados¹⁸, seja pela esfera municipal (CONDEPACC), estadual (CONDEPHAAT) ou federal (IPHAN). Complementando a análise, elaborou-se um quadro (ver quadro 1), indicando os bens, o ano, a esfera e a justificativa para o tombamento.

¹⁷ Imagem de satélite de 2018, disponibilizada pelo Google Earth.

¹⁸ Para consulta de todos os bens tombados no município de Campinas, ver: http://www.agemcamp.sp.gov.br/cultura/guia/ficha1_guia.php?cod_mun=95&idequipa=1

Quadro 1- Fonte: CONDEPACC- Prefeitura Municipal de Campinas. Disponível em:

Bem Tombado	Ano do Tombamento	Nível de Tombamento	Órgão responsável	Justificativa ¹⁹
Fazenda Três Pedras	1982	Estadual	CONDEPHAAT	Justifica-se o tombamento pela preservação de um exemplar característico das fazendas de café no auge do ciclo econômico desta atividade no município de Campinas.
Fazenda Pau d'Alho	2004	Municipal	CONDEPACC	Trata-se de um exemplar da arquitetura rural cafeeira, importante período histórico da cidade de Campinas.
Fazenda Rio das Pedras	2003	Municipal	CONDEPACC	A casa das máquinas, usada como depósito e oficina da fazenda, testemunha a produção açucareira, devido a existência de uma roda d'água. As casas de colonos constituem uma pequena vila, formando um importante conjunto arquitetônico.
Casa Grande e Tulha	2000	Federal	IPHAN	Considerada a mais antiga fazenda de café na cidade.
Fazenda Bonfim	2016	Municipal	CONDEPACC	A fazenda Bonfim configura-se como exemplar registro de patrimônio técnico-arquitetônico do apogeu da produção do café na cidade de Campinas.
Fazenda Mato Dentro	1982	Estadual	CONDEPHAAT	Não consta
Fazenda Jambreiro	1993	Municipal	CONDEPACC	Não consta

<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/cultura/patrimonio/bens-tombados/listaBens.php?PaginaAtual=5>

Cruzando os dados dos exemplares existentes, com aqueles que possuem o tombamento, observa-se uma discrepância numérica baseada em uma inversão proporcional. Apenas 7 exemplares são resguardados pela legislação, sendo que dois são tombados pela esfera estadual (fazendas Mato Dentro e Três Pedras) e um, no nível federal (Casa grande e Tulha). Aponta-se, assim, o papel do CONDEPACC como fundamental no regaste e preservação desses exemplares, atuando no tombamento de 4 deles. Ademais, nos chamou a atenção que na lista de bens em estudo para tombamento em Campinas, figurem 30 exemplares rurais²⁰. Esses dados refletem a preocupação do órgão, em acordo com a missão do conselho de localizar, identificar e inventariar o patrimônio material do Município do Campinas (CONDEPACC)²¹.

¹⁹ Trecho extraído na íntegra. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/cultura/patrimonio/bens-tombados/listaBens.php?PaginaAtual=5>. Acessado em 08 de setembro de 2018.

²⁰ Fazendas em estudo para tombamento em Campinas: Jaguari, São João, São José, Santana da Lapa, São Pedro, Guarirôba, Santa Maria, Santo Antônio da Braga, São Lourenço, Santa Mônica, Cabras, São Joaquim, Capoeira Grande, Palmeiras, Boa Vista, Fazendinha (Atibaia), Iracema, Santa do Atalaia, Sant'Ana, Fazenda das Pedras, Espírito Santo, Sant'Angelica, Roseira, Santa Cândida, Monte d'Este, Sete Quedas, Recreio, São João do Atibaia, Anhumas, São Quirino e Sertão.

²¹ Ver em <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/cultura/conselho-cultura-condepacc.php>

A FAZENDA CHAPADÃO

A propriedade tem seu primeiro registro datado de 1798, sendo descrita como um engenho situado na sesmaria do Capitão José Teixeira Nogueira. Em 1818, a mesma é recenseada²² com 750 braças de testada, 1500 braças de sertão e 50 escravos. Em 1830, a propriedade é herdada ao Major Luciano Teixeira Nogueira, sendo vendida em 1850 para Thomaz Luiz Alves²³, diretor do Banco do Brasil, descrita em 1855 como propriedade do mesmo e de sua esposa Dona Maria Joaquina de Abreu Cruz, na freguesia de Campinas²⁴.

Em 1869, a fazenda é comprada por Joaquim Policarpo Aranha, o Barão de Itapura, passando então o bem a integrar parte do patrimônio rural da família Souza Aranha. De acordo com seu registro escriturário *“A fazenda é de cultura de café e cana com casa de morada assoalhada, cafezaes, engenho de cana e café, senzallas, e mais benfeitorias²⁵ [...]”*. Em 1889, o Barão de Itapura, partilha seus bens através de um inventário amigável conjunto com sua esposa, Libânia de Souza Aranha, arrolando no auto de avaliação do mesmo, a fazenda Chapadão com todas suas benfeitorias.

A propriedade se mantém sob posse da família Souza Aranha até início do século XX quando Carlos Alberto Barbosa Aranha²⁶, então proprietário, a entrega à firma Teles, Quirino & Nogueira²⁷ como pagamento de dívidas (ver figura 2). A partir desse momento, constata-se que fragmentos da fazenda Chapadão passam a ser loteados e incorporados ao tecido urbano da cidade de Campinas, reduzindo significativamente suas dimensões originais.

Em 1942, a fazenda Chapadão tem parte de sua extensão vendida ao Exército Brasileiro para implantação da sede do Comando da unidade do 28º Batalhão da 11ª Brigada de Infantaria Leve e de outras dependências de caráter militar, sendo iniciada, em 1944, a construção da Escola Preparatória de Cadetes do Exército²⁸ (EsPCEx).

²² APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Tombamento de Bens Rústicos de 1818 para Vila de São Carlos p.3 v.

²³ Ou Thomaz Luiz Alvares, as duas grafias remetem a registros do mesmo indivíduo.

²⁴ APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Livros de Registros de Terras da Província de São Paulo, Filme 3.006 nº73 p.35.

²⁵ CMU, Centro de Memória da Unicamp. Sessão 1º Cartório de Registros e Títulos.

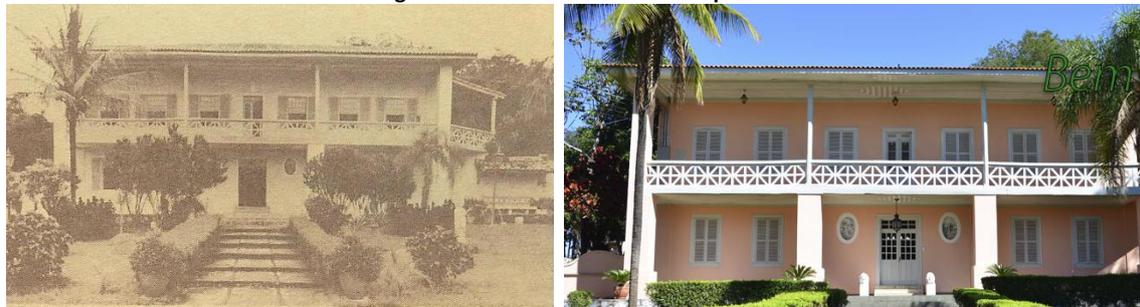
²⁶ Neto de Joaquim Policarpo Aranha.

²⁷ A firma Teles, Quirino & Nogueira tratava-se de uma sociedade composta por ex-fazendeiros e comerciantes locais que, visando uma estratégia de manutenção de suas fortunas, iniciam empreendimentos para valorizar suas propriedades, propondo o parcelamento e loteamento dessas áreas, no que se configura como novos bairros que representam uma primeira expansão do tecido urbano de Campinas nas primeiras décadas do século XX.

²⁸ A Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEx) é uma instituição de ensino militar destinada a selecionar e preparar jovens ingressantes para serem futuros cadetes do Exército Brasileiro na Academia Militar de Agulhas Negras (AMAN). Em 1944 foi adquirido o terreno da Fazenda Chapadão, sendo firmado um acordo entre o Ministério da Guerra e o Estado para construção e instalação da Escola.

<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/cultura/patrimonio/bens-tombados/verBem.php?id=122> . Acesso em 05 de setembro de 2018.

Figura 2 e 3: Sede da Fazenda Chapadão



Fonte: PUPO, 1983 p. 161 (fig.2) e disponível em: <http://www.2de.eb.mil.br/index.php/2016-04-11-14-21-38>.
Acessado em 10 de setembro de 2018.

O uso militar em áreas remanescentes da fazenda Chapadão se mantém até a atualidade, sendo que a antiga sede da fazenda é destinada à instalação da unidade do batalhão da Brigada. Por se tratar de uma área com funções estritamente militares, o acesso da população à sede da fazenda é restrito e para se realizar qualquer visita à sede da antiga fazenda, é necessário um agendamento prévio. Embora a sede da fazenda Chapadão seja um patrimônio herdado do século XIX, não é tombada por nenhuma esfera, estando hoje sob responsabilidade do exército. O edifício se encontra em boas condições de conservação, contudo, o número de visitas e o reconhecimento por parte da população de sua trajetória histórica são mínimos. Em uma reportagem, feita em 2014, para o jornal Correio Popular em Campinas²⁹, relata-se o restauro de quatro esculturas de mármore de Carrara situadas no jardim da sede da antiga fazenda. De maneira geral, a população julga que a visitação e o acesso ao edifício sejam proibidos, por se tratar de uma área militar. Nesse caso analisado, percebe-se que não há descaso com o edifício ou sua conservação, mas sim, na difusão da informação da presença, da narrativa histórica associada a este patrimônio de origem rural (ver Figura 4).

O Exército brasileiro criou, desde 2008, uma Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército - DPHCEX, como instrumento para se preservar e divulgar a memória militar brasileira. Os objetivos do DPHCEX, vão no sentido de buscar a centralização do patrimônio cultural militar, reforçando seus valores e tradições e dinamizando o controle sobre seu patrimônio.

Para o exército, a fazenda Chapadão, se enquadra como patrimônio material cultural militar, sendo um *“bem edificado de interesse da cultura militar, onde nasceu ou morou algum vulto importante para a história militar, que abrigou algum órgão de sua estrutura organizacional ou onde ocorreu algum acontecimento de destaque ligado ao passado da instituição”*³⁰.

Embora atualmente a sede da fazenda seja bem conservada, fica evidente que essa área hoje teve seu uso original descaracterizado sendo grande parte³¹ de sua extensão original ocupada

²⁹Reportagem disponível em: http://correio.rac.com.br/_conteudo/2014/04/entretenimento/167793-obras-do-acervo-da-fazenda-chapadao-sao-restauradas.html. Acessado em 05 de setembro de 2018.

³⁰ DUARTE (org.) 2015, p.16

³¹ Parte considerável das terras pertencentes a Fazenda Chapadão, foram vendidas e passaram pelo processo de urbanização, se integrando à malha urbana do município de Campinas. Destacamos, a implantação dos bairros Jardim Chapadão e Jardim Eulina, como exemplos de áreas desmembradas da antiga fazenda.

Em 1825, sob o comando de Francisco Egydio de Souza Aranha e Maria Luiza, a fazenda apresenta um grande crescimento no número de escravos registrados, alcançando um total de 59 cativos. Neste ano, além da produção de 1800 arrobas de açúcar e 38 canadas de açúcar, é encontrado também o primeiro registro sobre a produção de café na fazenda, 300 arrobas. Essa informação é um dado extremamente importante, já que aponta o início da transformação da propriedade que futuramente viria a se consolidar como importante produtora de café na região. Indica também que a introdução do café se deu antes mesmo desta data, considerando o tempo de crescimento dos cafezais até atingirem o nível de produção comercial (AZEVEDO, PEREIRA, 2017).

Baseada no recenseamento de 1826, Maria Alice Rosa Ribeiro levantou os cinco maiores engenhos de açúcar de Campinas, que detinham cerca de 28% da produção total de açúcar e 17% do total de escravos na Vila São Carlos. Nesse recenseamento Francisco Egydio de Souza Aranha, senhor de engenho da Fazenda Mato Dentro, consta como quinto colocado, com 3500 arrobas de açúcar. (RIBEIRO, Maria Alice R., 2016, p. 180)

Em 1836, a Fazenda Mato Dentro contava com 75 escravos e registra o auge da produção de açúcar com 4000 arrobas além de 1000 arrobas de café. Desde o primeiro registro em 1809, a produção de açúcar passa de 410 arrobas para 4000 arrobas em 1836, quantidade quase dez vezes maior que a registrada no primeiro recenseamento. Já o café dobra sua produção em menos de dez anos, fato que já sinaliza o próximo ciclo produtivo que estava por vir. (AZEVEDO, PEREIRA, 2017)

Também em 1836, a Fazenda Mato Dentro sofre seu primeiro desmembramento. Segundo o Processo de Tombamento (CONDEPACC, 1998), parte da então propriedade de Francisco Egydio e Maria Luiza teria sido oferecida como dote de casamento a sua filha mais velha Maria Brandina, formando a Fazenda Mato Dentro de Baixo (área do atual bairro Vila Brandina). Segundo o CONDEPACC, outro desmembramento acontece em 1849, com o casamento de Petronilha Egydio de Souza Aranha com Francisco Ignácio do Amaral Lapa, que também herda parte da propriedade como dote pelo casamento, formando a Fazenda Lapa.

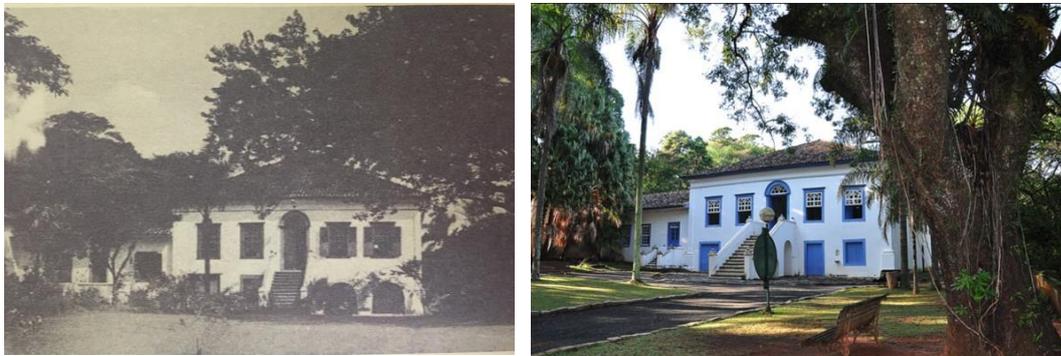
Segundo Pupo (1983, p.184), em 1885, a Fazenda Mato Dentro, já com sua área reduzida, era propriedade de Pedro Egydio de Souza Aranha, registrando *“200 mil pés de café, terreiros atijolados e máquina de benefício acionada a água”*.

A fazenda permanece sob posse da família Souza Aranha até 1936, quando é vendida a Arnaldo Ribeiro Pinto, que logo em seguida a revende para o Governo do Estado de São Paulo, para a criação da Estação Experimental do Instituto Biológico de Campinas. Em 10/05/1982, a sede da fazenda Mato Dentro é tombada, nos termos da Resolução 34 do artigo 1.0 do Decreto-lei 149, trazendo o registro no Diário Oficial que: *“Fica tombado como monumento de interesse histórico-arquitetônico a sede da antiga fazenda cafeeira denominada Mato Dentro, exemplar representativo da arquitetura rural do início do século XIX situado no Município de Campinas”*³³.

³³CONDEPHAAT,1982-grifo das autoras. Inscricção nº173, p.40. Disponível em: <http://condephaat.sp.gov.br/benstombados/sede-da-fazenda-mato-dentro/>. Acessado em 10 de setembro de 2018.

Ao longo de sua trajetória, a fazenda Mato Dentro teve suas dimensões reduzidas, em função dos desmembramentos fundiários, bem como do processo de urbanização, que transformou antigas áreas rurais em tecido urbano. Em 1987, O governo do estado de São Paulo implanta o Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim³⁴ em áreas da antiga fazenda, abrangendo o conjunto tombado casa sede, capela e tulha como parte do parque. Uma das etapas da obra para construção do parque, contou com o restauro do conjunto para a instalação do CIPAM (Centro Integrado de Percepção Ambiental) que teria como missão promover ações de educação ambiental.

Figura 5 e 6: Sede da fazenda Mato Dentro



Fonte: PUPO, 1983, p.171 e disponível em: <https://www.flickr.com/photos/20682333@N02/9033561004> Acessado em 10 de setembro de 2018.

Em 1991, o Parque Ecológico foi inaugurado, com projeto assinado pelo escritório Burle Marx, propondo a revitalização da antiga fazenda, a recuperação de lagos, recomposição da mata nativa em áreas ocupadas pelos antigos cafezais e a instalação de um programa cultural e de educação ambiental, a partir do complexo remanescente (ver Figura 7).

A partir de 1995, o parque passa a ser administrado por uma gestão compartilhada entre a Prefeitura Municipal de Campinas e a Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SEPLAMA, perdurando este convênio até 2001. Durante este período, em decorrência de problemas de gestão, o conjunto tombado sofre com a falta de conservação. Em 2009 houve notícias de uma tentativa de recuperação do parque, envolvendo um novo restauro da fazenda Mato Dentro, fechada até então. O anúncio do restauro coincidiu com a mostra de arquitetura e decoração Casa Cor- Campinas, que utilizou de forma absolutamente inadequada o conjunto tombado como espaço de exposição. Desde então o complexo da fazenda Mato Dentro permanece fechado para visitas do público, sem uso e sem manutenção.

O estudo de caso da fazenda Mato Dentro revela que o fato de um patrimônio rural ser de propriedade pública e ser protegido pelo tombamento em nível estadual não garante a sua conservação e muito menos seu conhecimento por parte da população. Mesmo que o conjunto tombado se encontre dentro de um parque público, onde não há empecilhos para o acesso,

³⁴ O Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim, foi tombado pelo CONDEPACC em 2002.

O patrimônio edificado tem a propriedade inerente de nos revelar a nossa história, impregnada em sua materialidade. A identidade de uma comunidade se apoia no seu patrimônio, contudo, isso só é possível quando a gestão patrimonial é capaz de permitir, de forma responsável e cuidadosa, a sua visibilidade.

AGRADECIMENTO

À CAPES, pelo apoio concedido para suporte e financiamento dessa pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Rodrigo de; PEREIRA, Renata Baesso. **Fazenda Mato Dentro, Campinas -SP: do rural ao urbano, formação e processos fundiários**. Anais do XXII Encontro de Iniciação Científica da PUC Campinas, 2017. Disponível em: <https://wl.sis.puc-campinas.edu.br/websist/Rep/Sic08/Resumo/2017816_16355_515435639_resENA.pdf>. Acesso em 07 de setembro de 2018.

BENINCASA, Vladimir. **Fazendas paulistas. Arquitetura rural no ciclo cafeeiro**. vol 1 e 2. Tese (doutorado). FAU, USP- São Carlos, 2007.

BERTINATO, Wania L. V.; MATTHES, Luiz F. **Patrimônio em Campinas: a criação do CONDEPACC e as primeiras Resoluções de Tombamento**. Revista CPC, São Paulo, nº 14. P. 1-30, 2012.

CONDEPACC, Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas. **Processos de Tombamento Capela e Tulha 1998 - Fazenda Mato Dentro**. Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/governo/cultura/patrimonio/bens-tombados/verBem.php?id=61>> acesso em: 05 de Julho de 2017.

DOMINGUES, Viviane Pedroso. **Especificando a validade do estudo sobre memorialistas através do uso da teoria da consciência histórica**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História- ANPUH, São Paulo, julho 2011. P.1-15.

DUARTE, Antônio Pereira (org.). **A tutela do patrimônio cultural militar**. Boletim Científico ESMPU, Brasília, a. 14 - nº44. P. 281-312- jan-jun, 2015.

LACRETA, Daniela Andrade. **Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim- Campinas/SP: processo de implementação de um parque**. Dissertação(mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2015.

LACRETA, Daniela Andrade; PEREIRA, Renata Baesso. **Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim, Campinas (SP): Contradições da implementação de um parque urbano contemporâneo**. Paisagem e Ambiente, n.37.p.147-177, 26 jul. 2016.

LE GOFF, **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão [et. Al] Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990

MARIUZZO, Patrícia. **Desafios para se preservar o patrimônio rural**. Cienc. Cult., São Paulo, v.64, n.2, p61-63, junho 2012. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252012000200024&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 07 de setembro de 2018. <http://dx.doi.org/10.21800/S0009-67252012000200024>.

MORICONI, Lucimara Valdambri. **Pertencimento e Identidade**. Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Orientador: Adilson Nascimento de Jesus. 2014.

PUPPO, Celso M. **Campinas, Município no Império**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado S.A, 1983.

PINHO, Fernando Augusto Souza. **Entre a “Paris dos Trópicos” e a Belém do “Já Teve”: modos de “ser Belenense”**. IX Congresso Latino Americano de Estudos do Discurso ALED, 2011 Belo Horizonte, 2011 p. 1-17.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. **Famílias, propriedades e transformações na riqueza (1830 - 1930)**, p. 175 . **Sesmarias, Engenhos e Fazendas: Arraial dos Souzas, Joaquim Egydio e Jaguary (1792-1930)**. Campinas - SP, Gráfica Mundo, 2016.



RIBEIRO, Suzana Barretto (org.). **Sesmarias, Engenhos e Fazendas – Arraial dos Souzas, Joaquim Egydio, Jaguary (1792-1930)**. Volume 01 e 02. Campinas Gráfica Mundo, 2016.

SILVA, Áurea Pereira. **Engenhos e fazendas de café em Campinas (séc. XVIII- séc. XX)**. Anais do Museu Paulista. Vol. 14n.1 jan-jun2006.

TOGNON, M. (org.) **Patrimônio Cultural Rural Paulista: Espaço privilegiado para pesquisa, educação e turismo**. Campinas, 2012. Disponível em: <https://www.iau.usp.br/sspa/arquivos/pdfs/papers/06501.pdf>. Acessado em 16 de setembro de 2018.